

**Ao Ilmo. Senhor Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo**

**UNILIMP SOLUÇÕES EM LIMPEZA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 50.251.190/0001-98, com sede na Rua Lopo Saraiva, 179, Bloco 002, Sala 408, Tanque, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.740-220, neste ato representado por seu representante legal PAULO ROBERTO TAVARES, brasileiro, casado, empresário, portador do documento de identidade no 086136249, inscrito no CPF sob o nº 010.856.827-06, vem, por seu advogado regularmente constituído, com fulcro no art. 164 da Lei 14.133/2021, apresentar, **Impugnação ao Edital**, pelos fatos e fundamentos a seguir:

## **SÍNTESE**

---

O Edital nº 90149/2024, que tem por objeto a “futura e eventual aquisição de material de limpeza e higiene”, exige a apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica, em descompasso com as normas de contratações públicas, prejudicando a legalidade, competitividade e desenvolvimento nacional sustentável, princípios e objetivos das licitações.

Pedidos: Retificação do Edital, a fim de retirar a exigência de apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica; e remarcação da data de realização do certame que se impõem.

## DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

*Do não cabimento da exigência de atestados de capacidade técnica para compras*

O edital ora impugnado exige, para fins de habilitação, a comprovação de qualificação técnica mediante a apresentação de **certidão ou atestado de capacidade técnica**, nos seguintes termos:

19.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Ocorre que a previsão editalícia não se coaduna com os princípios e regras norteadoras das contratações públicas; em especial, têm o condão de restringir a competitividade no presente certame, conforme será esclarecido abaixo.

Nos termos do art. 37 da Constituição da República, ressalvados os casos específicos previstos na legislação, as contratações que serão realizadas pelo Poder Público devem observar o processo de licitação pública, a fim de assegurar a isonomia entre os concorrentes.

O mencionado artigo informa que **as exigências de qualificação técnica e econômica serão aquelas indispensáveis** à garantia do cumprimento das obrigações assumidas pelo licitante na esfera contratual.

Nesse sentido, ao regulamentar o processo licitatório indicado no texto constitucional, a Lei nº 14.133/2021 estabeleceu, em seu art. 67, que a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por **execução de obra ou serviço de características semelhantes**, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na **execução de serviços** similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;



- III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;
- VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Observe-se que o dispositivo em questão não menciona em nenhum momento a possibilidade de exigência de qualificação técnica para licitações cujo objeto seja compras.

A propósito, a própria Lei informa como devem ser definidos os vocábulos por ela empregados, havendo, inclusive, vetor interpretativo legalmente estabelecido nesse caso.

Assim, as expressões “execução de obra ou serviço” (art. 67, I) e “execução de serviços” (art. 67, II) devem ser interpretadas à luz das definições dadas no art. 6º, XI e XII da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, **resta impossibilitada a exigência de certidões e atestados de capacidade para a presente licitação, que tem por objeto uma compra, em razão da inexistência de previsão legal** nesse sentido.

Nesse sentido se posiciona Joel de Menezes Niebuhr<sup>1</sup>:

(...) o inciso I do caput do artigo 67 não menciona a comprovação da experiência profissional relacionada a contrato de compra (...). Claramente, não é permitido formular outras exigências de qualificação técnico-profissional que não as prescritas nos incisos do caput do artigo 67, que, insista-se, limita a exigência de comprovação de experiência profissional à obra e serviço e não a prevê para compra (...) não é permitido exigir dos licitantes que apresentem profissionais experientes diante de licitação que tem por objeto compra (...). A avaliação da experiência dos profissionais tem realce especial, realmente, no que concerne às obras e aos serviços.

Pelo teor unívoco do inciso II do caput do artigo 67, à Administração é vedado exigir dos licitantes a comprovação de experiência se o objeto da licitação consistir em compra ou em obra. (...) O legislador, insista-se, somente permitiu à Administração exigir dos licitantes a comprovação de experiência técnico-operacional em relação a contratos de serviços.

O legislador empregou vocábulos com clareza no artigo 67. Veja-se que no inciso I do caput do artigo 67 o legislador referiu-se a obra ou serviço e no inciso II apenas a serviço. Não foi por acaso, o legislador quis restringir a exigência de atestados a

---

<sup>1</sup> MENEZES NIEBUHR, Joel de. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Ed. Fórum: Bh, p. 822-825.



obras e serviços para a comprovação da experiência técnico-profissional e apenas a serviços para a experiência técnico-operacional.

Cabe lembrar que vige no regime jurídico administrativo o princípio da legalidade, atualmente entendido como princípio da juridicidade, segundo o qual a atuação administrativa apenas é permitida quando fundamentada na lei e no ordenamento jurídico.

A fim de ilustrar a situação, vale transcrever a lição do ilustre Ronny Charles Lopes de Torres<sup>2</sup>:

No âmbito do Direito Administrativo, pela doutrina tradicional, existe uma subordinação da ação do administrador, em função do estabelece a lei, de forma que ele só pode agir nos moldes e limites estabelecidos pela legislação, fazendo apenas o que a lei expressamente autorizar ou determinar.

Em verdade, há apenas uma hipótese legal em que a Administração Pública poderá exigir atestados de capacidade técnica para produtos, nos casos de utilização do critério de julgamento “melhor técnica” ou “técnica ou preço”, na forma do art. 37 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

Manter a exigência de certidões ou atestados de capacidade técnica no presente certame, em especial considerando a **inexistência de complexidade no objeto contratual**, importará em afastar do âmbito das licitações a participação de empresas sérias, em sua maioria pequenas empresas, mas que não detém certidões ou atestados nos termos exigidos, **violando alguns objetivos do processo licitatório**, destacando-se a **seleção da proposta mais vantajosa, a competitividade e o desenvolvimento nacional sustentável**.

Vale ressaltar que, analisando impugnação ao Edital nº 90020/2024 com o mesmo teor da presente peça, o Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia a acolheu, fazendo-se importante a argumentação tecida pelo órgão:

As exigências editalícias devem caracteriza-se, em essência, como um processo competitivo direcionado a dois objetivos a ser perseguidos em qualquer procedimento de licitação: selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e assegurar aos possíveis interessados tratamento isonômico.

---

<sup>2</sup> TORRES, Ronny Charles Lopes de. Lei de licitações públicas comentadas. 12. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Ed. Juspodivm, 2021, p. 73.



As normas disciplinadoras das licitações públicas devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

A jurisprudência dos tribunais e dos órgãos de controle é pacífica no sentido de que as exigências devem ser estabelecidas de forma que participem dos procedimentos de licitação o maior número possível de licitantes.

É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo.

No tocante ao Pedido de Impugnação apresentado pela empresa UNILIMP SOLUÇÕES EM LIMPEZA LTDA., informo que será analisado pontualmente cada pleito solicitado pela Impugnante:

i - o acolhimento da impugnação ora apresentada, a fim de retirar a exigência de atestados de capacidade técnica da presente licitação, posto que ilegal:

Resposta do Pregoeiro:

Após análise do Pedido de Impugnação apresentado, verificou-se que assiste razão à Impugnante. Será retirada do Termo de Referência a exigência de atestados de capacidade técnica da presente licitação.

## **DOS PEDIDOS**

*Ante o exposto, requer:*

1. o acolhimento da impugnação ora apresentada, a fim de retirar as exigências de atestados de capacidade técnica da presente licitação, posto que ilegal;
2. a definição de nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo para apresentação das propostas;

*Queimados, 18 de novembro de 2024.*

**Marcelo Henrique dos Santos Lessa**

OAB/RJ 209.066

